

TJMG

I N F O R M A T I V O

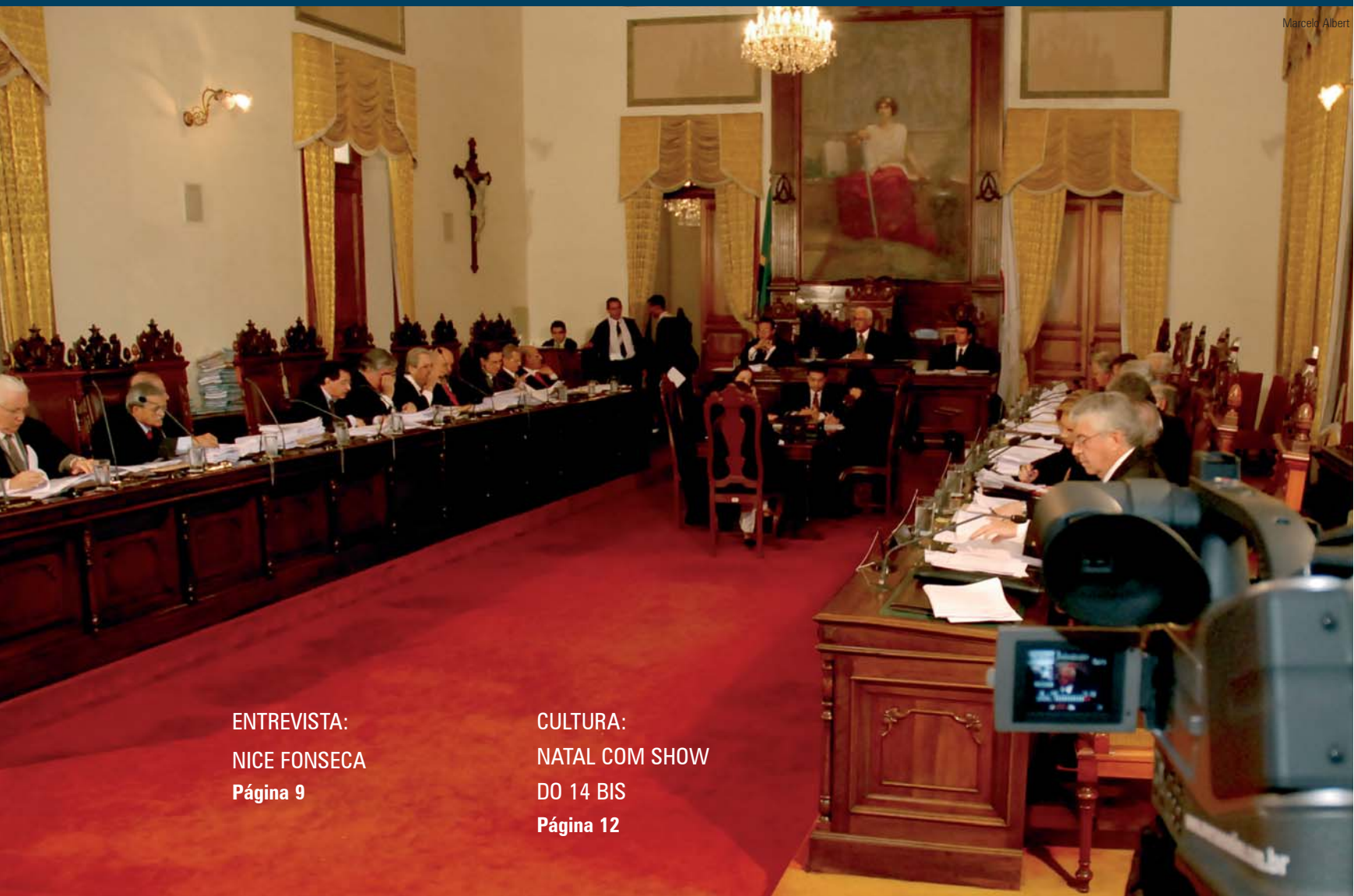
TJ aprimora sua estrutura

Construção, reforma e ampliação de fóruns no interior, concursos para magistrados e servidores, implantação do Processo Judicial Eletrônico e a promoção da 1ª e da 2ª Semana da Conciliação são algumas das realizações do Tribunal de Justiça nos últimos doze meses. Confira a matéria sobre as atividades da atual administração.

Páginas 6 e 7

Publicação da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

BH - DEZEMBRO - 2007
ANO 13 - NÚMERO 123



Marcelo Albert

ENTREVISTA:
NICE FONSECA
Página 9

CULTURA:
NATAL COM SHOW
DO 14 BIS
Página 12

Desafios e oportunidades

Orlando Adão Carvalho - Presidente

Ao assumirmos a Presidência do Tribunal, há exatos doze meses, assumimos também grandes desafios. Entre eles, a regularização dos contratos de prestação de serviços terceirizados, que impactam a 2ª Instância e todas as Comarcas do Estado; a busca de soluções tecnológicas modernas, que possibilitem a eficácia dos processos de trabalho, e a efetivação do concurso público para a 2ª Instância.

Sobre a terceirização, lembramos que o Contrato 414/2002, que engloba quase todas as categorias de apoio administrativo e operacional, terá seu término em 31 de dezembro de 2007. As atribuições que são inerentes ao Plano de Carreiras do Tribunal serão exercidas pelos servidores aprovados no concurso público.

Até o momento, já foram convocados 410 servidores, entre oficiais judiciários e técnicos de várias especialidades. Novas convocações serão feitas paulatinamente, de acordo com a disponibilidade orçamentária. Há que se considerar ainda que, entre 20 de dezembro e 6 de janeiro, estaremos em recesso.

Para suprir os serviços de apoio administrativo e suporte operacional, que continuam sendo prestados por empresas terceirizadas – como arquivistas, ascensoristas, serviços de reprografia, etc. – foi homologado, no dia 20 de novembro, o resultado do Edital de Licitação Pregão Presencial nº 112, cuja sessão ocorreu em 1º de novembro. Uma das medidas adotadas pela Administração foi a realização de procedimentos licitatórios por lotes, de acordo com as especificidades de cada serviço a ser contratado mediante execução indireta. Também estão sendo observados os pisos salariais previstos em documentos normativos das diversas categorias profissionais, bem como a média salarial praticada pela Administração Pública Estadual. Sendo assim,

novos funcionários terceirizados passam a prestar serviços ao TJ.

Todas as áreas do Tribunal estão sendo impactadas pelas mudanças, sendo essa a situação em que nos encontramos.

A transição pela qual estamos passando será tanto mais tranqüila quanto maior forem o empenho e a dedicação de cada um dos magistrados, gestores e servidores do Tribunal, no seu âmbito de atuação, junto às respectivas equipes de trabalho.

Sabemos que dependerá de cada um que a travessia desse momento possa se dar da forma mais tranqüila possível. Esperamos que todos atentem para o papel de partícipes da administração, com atitudes e posturas pró-ativas.

É preciso encontrar soluções para os problemas, superar dificuldades, priorizar os serviços essenciais e deixar as tarefas de menor importância para um segundo momento, remanejar pessoas dentro da área de atuação e avaliar as conseqüências de cada decisão. Exige-se também paciência, porque os setores estão trabalhando com equipes reduzidas, buscando o atendimento da melhor maneira possível.

As novas pessoas que chegam estão repletas de esperanças, com vontade de acertar. Vamos contribuir para a vida profissional desses colaboradores, sobretudo com o exemplo de profissionalismo e de compromisso com a Instituição.

Está nas mãos de todos nós a condução desse momento. Administrar, na abundância, é fácil. Administrar, nos momentos de dificuldades e de escassez de recursos, é o grande desafio colocado para todos nós. Precisamos ser criativos, ter discernimento da melhor opção a ser feita, para colhermos ótimos resultados num futuro próximo.

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Presidente: Orlando Adão Carvalho;

1º Vice-Presidente: Isalino Lisboa;

2º Vice-Presidente: Antônio Hélio Silva;

3º Vice-Presidente: Carreira Machado;

Corregedor-Geral: José Francisco Bueno;

Superintendentes de Comunicação: Alexandre

Victor de Carvalho e Fernando Botelho;

Secretário Especial da Presidência: Luiz Carlos

Elói; Secretária do Presidente: Sidneia

Simões; Assessora de Comunicação

Institucional: Goretti Paiva; Gerente de

Imprensa: Wilson Menezes; Edição: Patrícia

Melillo; Jornalista Responsável: Ione

Bernadete Dias - RG n. 1.929/MG; Revisão:

Maria Cláudia Barreto; Diagramação e ilus-

tração: Úrsula Baião; Fotolito e Impressão:

Lastro Editora Ltda.

Ascom TJMG: Rua Goiás, 253 - 1º andar -

Centro - Belo Horizonte - MG

CEP 30190-030

Tel.: 31 3237-6551

Fax: 31 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.gov.br

Ascom TJMG/Unidade Francisco Sales:

31 3289-2520

Ascom Fórum BH: 31 3330-2123

TJMG Informativo

E-mail: informativo.ufs@tjmg.gov.br

Participe

Interessados em divulgar notícias no próximo **TJMG Informativo** devem encaminhar o material à Ascom até o dia **11/01/2008**.

Presidente do TJ é homenageado

O presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, foi agraciado, no dia 19 de novembro, com a Medalha da Ordem do Mérito Legislativo – Grau Grande Mérito, em solenidade no Palácio das Artes. O desembargador Nilo Schalcher Ventura, presidente do Tribunal Regional Eleitoral, também recebeu a Medalha do Grande Mérito. Os desembargadores Geraldo Domingos Coelho, José Flávio de Almeida, Maria Beatriz Caires e Paulo Roberto Pereira da Silva foram agraciados com a Medalha do Mérito Especial. A comenda foi criada em 1982, pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais, como forma de reconhecer os serviços ou o mérito excepcional de pessoas físicas e jurídicas.



Alair Vieira

Reinaldo M. Gomes

Seminário discute gestão arquivística na era digital

As organizações públicas e privadas estão cada vez mais transformando ou produzindo documentos em formato eletrônico. Atenta a essa realidade e visando conscientizar magistrados e servidores do Tribunal de Justiça de Minas Gerais sobre a importância de se implantar uma gestão de arquivos moderna e eficaz, a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), através da Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (Dirged), realizou, nos dias 12 e 13 de novembro, no auditório do Anexo I, em Belo Horizonte, o seminário "Os Arquivos e a Gestão Arquivística na Era Digital: Desafios e Soluções", que foi transmitido em videoconferência para as comarcas de Montes Claros, Varginha, Juiz de Fora e Governador Valadares.

O evento discutiu a necessidade de se estabelecerem políticas, procedimentos e práticas arquivísticas. No primeiro dia do seminário, participaram a professora da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp), Ana Célia Rodrigues, e o professor da Universidade de Brasília (UNB), Renato Tarciso Barbosa de Sousa.

No dia 13, a capitã de fragata e chefe do Departamento de Arquivos da Marinha do Brasil, Rosângela da Cunha, falou sobre o sistema de gerenciamento eletrônico de documentos desenvolvido ao longo de 12 anos. Segundo ela, dentro da Marinha, há um trâmite mensal de cerca de um milhão de documentos. Desse total, 77% são produzidos e tramitados eletronicamente. Para debater o tema, a professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Kátia Thomaz, expôs pontos de sua tese de doutorado sobre a preservação de documentos eletrônicos de caráter arquivístico.

Silvana Lessa, Rosângela da Cunha, Kátia Thomaz e o desembargador Fernando Botelho



gestão de documentos inadiáveis e imprescindíveis, especialmente em relação a procedimentos padronizados de criação, uso, destinação e preservação".

A diretora adiantou que a divulgação da Tabela de Classificação e Temporalidade de Documentos Administrativos da Secretaria do TJMG, ocorrida em 30 de agosto de 2007, através da Portaria-Conjunta 104, permitirá a eliminação de 2,5 toneladas de documentos administrativos ainda este ano, sendo que o edital de Ciência de Eliminação de Documentos de Arquivo foi publicado em 13 de novembro. "Com a eliminação desses documentos, a Coordenação de Arquivo poderá voltar a receber os documentos que estão represados nas diversas unidades organizacionais da Secretaria do TJMG, desde 2002, por falta de espaço físico", informou.

Processo Eletrônico

Como debatedores no seminário, o desembargador Fernando Botelho e o diretor do Foro de Belo Horizonte, juiz André Leite Praça, membros da Comissão de Tecnologia da Informação, elogiaram o esforço no TJMG para implantar uma nova política de gerenciamento de documentos. Ao lembrar que o TJMG possui cerca de 3,5 milhões de processos de papel, Fernando Botelho defendeu a necessidade de investimentos nos meios eletrônicos como forma de desafogar o Poder Judiciário.

Segundo o magistrado, o tempo gasto com juntada de documentos, atendimento em balcão e de saída e entrada de processos deixa de ser desperdiçado ao se adotar métodos automatizados. "Nesse sentido, precisamos padronizar procedimentos com foco na desburocratização", disse.

André Leite Praça também defendeu o processo eletrônico como solução para a questão do grande volume de documentos existentes nos arquivos. "Se implantarmos o processo eletrônico, teremos um único arquivo centralizado em um servidor de computador na capital", avaliou.

Superintendente

Para o superintendente da Ejef, desembargador Antônio Hélio Silva, as instituições ainda enfrentam um grande desafio para cuidar de seus arquivos e adequá-los à tecnologia digital. "É necessária a adoção de novas práticas para programar as mudanças", pontuou. No seu entendimento, situações como essa, a princípio, assustam, pois implicam alteração de rotina de trabalho. "Não devemos temer as mudanças, porque sem elas não há como se falar em evolução e desenvolvimento das instituições e das pessoas", disse.

Programa de Gestão

Para a diretora da Dirged, Silvana Lessa, a gestão arquivística deve ser planejada de maneira integrada com a tecnologia de informação, "pois os desafios impostos pela era digital tornaram as atividades da



Precisamos padronizar procedimentos com foco na desburocratização"

Justiça Restaurativa valoriza o diálogo

André Lana

Um conceito alternativo de soluções de conflitos começa a ganhar corpo no Brasil. A chamada Justiça Restaurativa constitui um paradigma que trata o crime de forma ampla, com foco nas relações entre as partes e na restauração dos relacionamentos. Nela, infrator, vítima, familiares e, se necessário, a comunidade estão frente a frente para a reparação dos laços e da confiabilidade social rompidos pela infração. “O crime é, fundamentalmente, uma violação de pessoas e relações interpessoais”, prega o advogado e professor norte-americano Howard Zehr, defensor da prática restaurativa.

O presidente do Instituto Brasileiro de Justiça Restaurativa, Renato Sócrates Pinto, a define como um procedimento de consenso. “A Justiça Restaurativa representa, sobretudo, um espaço para diálogo”, salientou, durante o seminário internacional “A Justiça

equilibrada sob o aspecto da Justiça”, explicou, durante o encontro.

Apesar disso, o magistrado acredita que modelos como os da Justiça Restaurativa representam uma forma de esvaziar a demanda que hoje afoga os tribunais. “Essa é uma solução que pode começar a mudar o cenário e trazer alguma esperança mais efetiva e rápida para as questões de ordem criminal. Tudo aquilo que se fizer para atrair as pessoas interessadas no desdobramento do crime, para a discussão de soluções, será muito importante”, disse Hélcio Valentin.

Experiências

São Caetano do Sul (SP), Porto Alegre e Brasília registram experiências isoladas de Justiça Restaurativa no Brasil. Os trabalhos desenvolvidos nessas cidades foram apresentados durante o seminário internacional realizado no último mês.

Em Brasília, o programa restaurativo funciona junto aos Juizados Especiais e apresenta um índice de 49% de acordos. “Representa um acordo desde um simples pedido de desculpa até conciliações de natureza econômica”, explicou o juiz de direito Asiel Henrique de Souza. Segundo o juiz, perturbação do sossego, ameaça, crimes contra a honra, constrangimento ilegal e lesão corporal leve são alguns dos casos mais encaminhados para procedimento restaurativo.

Já as experiências de Porto Alegre e São Caetano do Sul se voltam, principalmente, para casos envolvendo a infância e a juventude. O primeiro, inclusive, registra a prática restaurativa em situações de roubo qualificado e homicídio (o trabalho realizado no Sul pode ser conhecido pelo site www.justica21.org.br). Segundo Pedro Scuro Neto, coordenador e pesquisador do Centro Talcott de Direito e Justiça do Rio Grande do Sul, há evidências de que a prática restaurativa é mais eficiente quanto mais grave for a infração.

Distante de uma efetiva difusão e aplicação no Brasil, a

perspectiva, contudo, é de que, sem uma legislação própria (tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 7006/06, que inclui a faculdade da prática restaurativa na justiça criminal brasileira) e pouco experimentada no País, a Justiça Restaurativa ainda deverá ser tema de muitas discussões e encontros, como o realizado em Belo Horizonte. Para Renato Sócrates, “o impacto da Justiça Restaurativa no contexto da comunidade jurídica brasileira e em nosso sistema de justiça criminal é ainda difícil de se avaliar ou mesmo de se prever”.

O crime é, fundamentalmente, uma violação de pessoas” (Howard Zehr)

O desembargador Hélcio Valentin e o procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, participaram da abertura do seminário internacional sobre Justiça Restaurativa, realizado em Belo Horizonte



Marcelo Albert

Restaurativa e sua Aplicabilidade no Brasil”, realizado em Belo Horizonte. Em novembro, a capital mineira recebeu palestrantes do Brasil e do exterior para apresentar e discutir as perspectivas e a proposta restaurativa no sistema de Justiça brasileiro.

A prática restaurativa já funciona em alguns países, como a Nova Zelândia, Canadá, Argentina e Colômbia. No Brasil, apenas algumas sementes começaram a ser plantadas, principalmente a partir de 2005, com o apoio do Ministério da Justiça. O desenvolvimento e a implementação de programas de Justiça Restaurativa em matéria criminal é, inclusive, uma recomendação da Organização das Nações Unidas (ONU).

Porém, o desembargador Hélcio Valentin, que representou o presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, desembargador Orlando Carvalho, na abertura do seminário internacional, acredita que não será tão fácil importar a idéia da Justiça Restaurativa, pela peculiaridade do Brasil. “O terreno não é tão fértil. A sociedade não é tão

Em clima de conciliação

Ione Bernadete

Os procedimentos informais e simplificados, adotados pelos Juizados Especiais, foram a primeira saída dos tribunais de Justiça do Brasil para reduzir o número de processos que vinham se avolumando. Essa medida foi ampliada há algum tempo com o incentivo à conciliação. Na prática, está comprovado que o acordo é a melhor solução para o conflito, pois pode reduzir, substancialmente, o tempo de duração da disputa.

Diante disso, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) criou, no ano passado, o Movimento Nacional pela Conciliação, que tem na primeira semana de dezembro o seu ponto alto. Todos os tribunais do País realizaram eventos de conscientização da sociedade para a importância dos acordos e mutirões para elevar o índice de conciliação.

A iniciativa do CNJ é fator de pacificação social e é incentivada em todo o Judiciário brasileiro. Na conciliação, o resultado vai estar mais próximo da vontade das partes em conflito. Ninguém vai sair da audiência com a sensação de que saiu perdendo. É mais vantajoso tanto para as partes quanto para o Estado. É economia de tempo e dinheiro.

O Movimento pela Conciliação tem o apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

A Semana em Minas

Belo Horizonte foi a cidade escolhida para o lançamento nacional da Semana da Conciliação pela presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Ellen Gracie, no dia 3 de dezembro. Com transmissão ao vivo para todo o Brasil, a abertura oficial foi realizada no Salão do

Tribunal do Júri do Fórum Lafayette.

A programação geral da Semana, em Belo Horizonte, de 3 a 8 de dezembro, incluiu apresentações de repentis-

Marcelo Albert



Mutirão de conciliação: acordos são mais vantajosos para as partes e para o Estado

tas e intervenções teatrais com o tema "Conciliação", para conscientização da comunidade da importância de se celebrarem acordos.

Essas apresentações se iniciaram um dia antes, no dia 2 de dezembro, em locais de grande circulação de público, como a feira de artesanato, praças públicas e rodoviária.

Durante toda a Semana, um mutirão de conciliação, envolvendo os Juizados Especiais, os Juizados de Conciliação, as Centrais de Conciliação da Justiça Comum e de Precatórios realizou audiências em vários pontos da cidade.

No interior, as outras 185 comarcas que aderiram ao movimento desenvolveram programas específicos locais.

Encerramento

O encerramento, em Belo Horizonte, foi dia 8 de dezembro, no Parque Municipal, com distribuição de folders e rosas brancas.

Em Minas Gerais, foram agendadas 26 mil audiências de conciliação em 186 comarcas. Os dados apontam uma resposta positiva ao chamamento do CNJ que, neste ano, estima terem sido realizadas 200 mil audiências de conciliação no país, com a solução imediata

dos conflitos. No ano passado, em um único dia de mutirão, foram realizadas mais de 80 mil audiências.

Para fazer as estatísticas da Semana Nacional da Conciliação, o CNJ desenvolveu um sistema que funciona via web, para que os tribunais pudessem alimentar os dados diariamente. Com essas informações, o Conselho divulgou boletins diários sobre o andamento das conciliações em todo o País.

No dia 8 de dezembro, a ministra Ellen Gracie fez o encerramento oficial, em Brasília, e divulgou o resultado parcial das conciliações no Brasil. Os dados vão ser consolidados até o dia 14 de dezembro. No dia seguinte, encerra-se a apuração, com a divulgação final do número de audiências e acordos promovidos.

Cerca de 26 mil audiências foram agendadas nas 186 comarcas mineiras que aderiram à Semana

Presidente completa um ano de

Vanderleia Rosa

Ao tomar posse no cargo de presidente do TJMG, o desembargador Orlando Carvalho estava ciente dos desafios e demandas que se apresentariam. No entanto, em 12 meses de uma gestão compartilhada, já foram implementadas diversas ações voltadas para a capacitação de magistrados e servidores, melhor estruturação dos fóruns das comarcas por meio da construção, ampliação e reforma de prédios, busca

2ª Semana da Conciliação, instalação de 72 Centrais de Conciliação e 17 Juizados de Conciliação, sendo cinco em Belo Horizonte. Destacam-se também o alto índice de acordos nas audiências de conciliação de precatórios no TJ e no interior e a grande credibilidade dos Juizados Especiais junto à população. Esses resultados respaldam um dos ideais defendidos pelo presidente, que acredita no acordo como alternativa para a simplificação e agilização dos serviços: "Quem simplifica diz sim".

cargos do quadro de pessoal da 2ª Instância, concurso para Juiz Substituto, e já publicou o edital do concurso público para os Serviços de Tabelação e de Registro de Minas Gerais, cujas provas estão marcadas para janeiro. No último dia 26, 399 novos servidores da 2ª Instância tomaram posse.

Cursos, palestras, treinamentos, entre muitas atividades, foram realizados pela Ejef, reforçando uma das propostas de gestão do presidente Orlando Carvalho de capacitar magistrados e servidores. Entre os cursos e treinamentos realizados, destacam-se o Curso de Formação Inicial para juízes, o Agir (Programa de Atualização Gerencial), o Programa Servidor Integrado (Serin) e o Programa de Desenvolvimento Gerencial.

Fotos: Marcelo Albert



Concurso para ingresso na carreira de juiz: investimento na melhoria da prestação jurisdicional

Gerenciamento pelas diretrizes

A atual presidência tem investido na consolidação do modelo de gestão implantado no TJ, com base no Gerenciamento pelas Diretrizes (GPD), que tem por finalidade alinhar as atividades da instituição em busca de um foco comum, a partir da definição de estratégias, do estabelecimento de ações, da identificação das áreas responsáveis e do acompanhamento do desempenho. Seguindo essas orientações, já foi possível diminuir o tempo de tramitação processual no TJ.

Para o próximo ano, já foram estabelecidas diretrizes, por meio do Plano

Era Digital

Outra meta defendida pelo desembargador Orlando Carvalho ficou demonstrada na Semana da Tecnologia, Ciência e Cidadania, realizada em agosto. Naquele momento, o Tribunal de Minas dava um importante passo rumo à era digital com a implantação do Projudi, Processo Judicial Eletrônico, lançado como projeto-piloto no Juizado Especial Cível (UFMG), e a transmissão via internet de sessões de julgamento. "Investir em recursos tecnológicos significa dizer 'sim' aos anseios de uma Justiça mais ágil, eficaz e próxima do cidadão", ressalta o presidente.

Também foi inaugurado o novo Portal do TJ, que trouxe, entre as novidades, a criação de ícones na área central que destacam as ações do TJ, e aprimorado o acesso eletrônico ao Guia Judiciário.

Concursos/Treinamentos

O TJMG, por meio da Ejef, realizou, em 2007, concurso para provimento de

de uma nova concepção tecnológica para o TJ, com novos recursos, ampliação dos Juizados de Conciliação e Centrais de Conciliação, entre outras iniciativas.

Implantação do Processo Judicial Eletrônico (Projudi), consolidação do Redesenho da 2ª Instância e conclusão do relatório do Redesenho da 1ª Instância, realização de concursos, elaboração de estudos para o novo edital da sede, regularização dos contratos de prestação de serviços terceirizados, realização da 1ª e da 2ª Semana da Conciliação exemplificam algumas dessas ações.

Conciliação

Assim que tomou posse, o desembargador Orlando Carvalho enfatizou que Minas já estava construindo sua própria cultura da paz e definiu como uma das metas de sua gestão o incentivo à conciliação. O resultado desse empenho ficou demonstrado pela realização da 1ª e da



Estratégico de Gestão Institucional (PEGI). Entre elas, direcionar os recursos e meios disponíveis em função da demanda de prestação jurisdicional e aparelhar as comarcas e prédios do TJ com as condições de trabalho necessárias.

O relatório do Redesenho da 1ª Instância já foi concluído e aprovado pelo Comitê Estratégico do TJ. O objetivo do trabalho foi estabelecer a estrutura organizacional das comarcas, propondo uma estrutura básica para cada uma e definindo cargos. As premissas que nortearam o Redesenho da 1ª Instância são as mesmas consideradas para o Redesenho da 2ª Instância, entre outras, a gestão compartilhada, o foco na prestação jurisdicional e a redução de custos (ver página 11).

Estão sendo elaborados a Minuta de Resolução, com as atribuições de cada Unidade Organizacional, e o Anteprojeto de Lei para criação de cargos necessários para a implantação da estrutura. Após isso, o anteprojeto segue para votação na Corte Superior e depois para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Comunicação

Com a proposta de criar canais de comunicação com o público interno, o desembargador Orlando Carvalho lançou, em maio de 2007, o Fale com o



A construção e reforma de unidades no interior tem sido uma das prioridades da atual administração do TJMG

Presidente, voltado para magistrados e servidores. Também foi inaugurado o Boletim Gerencial, pelo qual magistrados e gerentes recebem, semanalmente, informações sobre portarias, resoluções, mudanças administrativas, assuntos gerenciais, entre outras.

Visando divulgar as ações do Judiciário, o programa de TV *Justiça em Questão* recebeu novo formato, com os entrevistados interagindo em todos os blocos com o apresentador.

Obras

O Tribunal de Justiça, por meio da Diretoria-Executiva de Engenharia e Gestão Predial (Dengep), concluiu, no período, seis obras, beneficiando quatro comarcas. Outras 25 obras estão em processo de licitação, 22 em andamento e 24 em fase de projeto, o que beneficiará mais 60 comarcas.

O desembargador Orlando Carvalho participou de diversos eventos no TJMG e no Estado, como seminários, palestras e congressos. Esteve presente também em 18 solenidades no interior (inauguração de prédios de Fóruns, instalação de varas, entre outras).

Outras iniciativas

Foi modificada a estrutura do orçamento do TJ para 2008, com o objetivo de simplificar e melhorar a execução orçamentária, com redução do número

de programas, readequação de nomes e melhor distribuição dos elementos de despesas.

O desembargador Orlando Carvalho determinou a realização de estudos visando à elaboração de novo edital para a construção do edifício-sede do TJ, uma vez que todas as empresas licitantes que participaram do Primeiro Processo de Licitação foram consideradas inabilitadas.

A atual administração tem apoiado a implantação das Associações de Proteção e Atenção aos Condenados (Apacs), dentro do Projeto Novos Rumos na Execução Penal. Existem atualmente 16 Apacs, com previsão para inauguração de mais duas até o início de 2008.

O TJMG homologou, em novembro, o pregão presencial que definiu as empresas que irão fornecer serviços de apoio administrativo e suporte operacional para a instituição, nos próximos 12 meses.

Foi firmado, ainda, convênio de cooperação técnica entre o TJ e a Polícia Militar de Minas, visando tornar mais eficiente, em Belo Horizonte, a fiscalização do cumprimento das penas substitutivas.

A atual presidência apoiou, ainda, duas importantes realizações da Corregedoria-Geral de Justiça: o 3º ENCOR – Encontro da Corregedoria-Geral de Justiça, voltado para os juízes diretores de Foro, e a implantação do sistema de transmissão eletrônica de cartas precatórias.

A implementação dessas e de outras ações contou com a imprescindível participação de magistrados e servidores.

Lançamento do Processo Digital Eletrônico (Projudi), durante a Semana da Tecnologia



Trezentos e noventa e nove servidores tomaram posse em solenidade realizada no dia 26/11



Marcelo Albert

Letícia Lima

Novos servidores tomam posse

Quem conversou com o recém-empossado oficial judiciário do Tribunal Justiça de Minas Gerais, Paulo Eduardo Parreira, percebeu o grande entusiasmo dele em retornar ao Poder Judiciário como servidor concursado. Depois de mais de 13 anos trabalhando como funcionário na 1ª Instância, Paulo diz que aprendeu a gostar da instituição, e a dedicação ao concurso lhe rendeu a primeira colocação no cargo.

Na cerimônia de posse coletiva, no dia 26 de novembro, lá estava Paulo Parreira, representando os novos colegas para assinar o termo de posse perante o presidente do TJ, desembargador Orlando Carvalho, juntamente com outros 398 aprovados. Também prestigiaram a posse dos novos servidores os desembargadores Jarbas Ladeira e Dárcio Lopardi Mendes.

Em seu discurso, o presidente Orlando Carvalho enfatizou o momento de renovação, sobretudo na área de informática do TJMG e, por isso, incentivou os recém-empossados a continuarem estudando, principalmente para se atu-

alizarem sobre as inovações tecnológicas que podem ser aplicadas no Tribunal. Michele Tábata Ferreira Santos Gomes, que tomou posse como oficial judiciário, afirma que não terá dificuldades em assimilar os sistemas de informática do TJMG. Formada em pedagogia e também técnica em informática, ela lecionava em um Centro de Inclusão Digital de Contagem. Ela considera importante para qualquer instituição investir na área de informática na atualidade.

No evento, foram apresentados aos novos servidores os secretários e diretores executivos do TJMG das áreas de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional, Informática, Recursos Humanos, Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária, Assessoria de Comunicação e Desenvolvimento de Pessoas. A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) que é a responsável pelo desenvolvimento de servidores, realizou, nos dias 27 e 28 de novembro, o treinamento introdutório obrigatório, Programa Servidor Integrado (Serin).

Marcelo Albert



Solenidade do Prêmio Mineiro de Qualidade, realizada dia 30/10, no Palácio das Artes.

TJMG participa do Prêmio Mineiro da Qualidade

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Orlando Carvalho, recebeu, no dia 5 de novembro, o Relatório de Avaliação do TJMG pela participação no Prêmio Mineiro da Qualidade (PMQ). Pela primeira vez, o TJ participou de uma edição do PMQ e, apesar de não ter recebido prêmio, foi citado pelo presidente do Programa Mineiro de Qualidade e Produtividade, Petrônio Machado Zica, como exemplo na execução de práticas de gestão pela qualidade em uma instituição de grande complexidade na prestação de serviços à sociedade.

Em busca da excelência

Raphael Lucca

TJMG Informativo – O que significa para o Tribunal ter participado do Prêmio Mineiro da Qualidade?

NF: A ênfase não está no prêmio, mas na avaliação da gestão. A participação, uma das diretrizes estabelecidas pelo presidente Orlando Carvalho, possibilitou submeter nossas práticas de gestão a uma avaliação externa, isenta, a uma equipe de avaliadores e juízes que nos deram um bom retorno. O relatório de avaliação pode subsidiar melhorias, permitindo conhecer nossas deficiências e corrigir o que não está bom.

TJMG Informativo – Como você vê, hoje, a trajetória de implantação do modelo de gestão pela qualidade?

NF: O modelo de gestão “Primeiros Passos para a Excelência”, adotado pelo Tribunal desde 99, é composto por oito critérios que reproduzem as melhores técnicas de gestão conhecidas no mundo. É um modelo de gestão que serve para organizações de qualquer porte e de qualquer segmento, público ou privado. São referenciais mundiais, que

O relatório de avaliação pode subsidiar melhorias, permitindo conhecer nossas deficiências e corrigir o que não está bom

Em 2007, o TJMG participou pela primeira vez do Prêmio Mineiro da Qualidade. Não foi premiado, mas recebeu importante retorno dos avaliadores. A iniciativa do TJ de buscar aprimorar seus parâmetros de gestão e eficiência foi considerada inovadora e arrojada, tendo em vista seu papel de ente público. Desde 1995, o Tribunal está implantando a Gestão pela Qualidade, que, a partir de 1999, passou a seguir o modelo “Primeiros Passos para a Excelência”, da Fundação Nacional da Qualidade. Para falar sobre a experiência acumulada nesses anos e a participação no Prêmio, o TJMG Informativo conversou com a Secretária Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional, Nice Fonseca.

estão em constante aprimoramento e evolução. Outra coisa interessante é que o modelo não é prescritivo, não obriga a determinadas práticas, mas apenas orienta. A organização é que estabelece as práticas, o “como fazer”. Foi a adoção desse modelo que possibilitou ao Tribunal ter seqüência para além da gestão de cada Presidente, que é muito curta. Mesmo com as trocas de mandato, já são 12 anos de gestão pela qualidade, sendo nove com a adoção do mesmo modelo. É claro que cada presidente dá a sua ênfase, estabelece prioridades para sua gestão dentro das ações previstas no plano.

TJMG Informativo – Em que o TJ já avançou e no que ainda pode se aprimorar?

NF: O que o Instituto Qualidade Minas (IQM) aponta é que precisamos de alguns ajustes em relação à utilização do modelo. As áreas precisam se esmerar no acompanhamento de suas metas, na medição dos indicadores, para podermos atingir os resultados esperados. É necessário também ampliar os referenciais comparativos das práticas e resultados de cada área. Comparar nossas práticas com as de outras organizações públicas, de outros tribunais e, inclusive, da iniciativa privada.

TJMG Informativo – Quais metas você destaca para o próximo ano?

NF: O Tribunal está no caminho certo, agora tem que continuar o processo. Em 2008, planejamos continuar o Gerenciamento pelas Diretrizes, forma de planejamento adotado pelo TJMG. Em seminário, que será realizado em breve, com os gestores das diferentes áreas, vamos avaliar o processo ao longo de 2007, ratificar os objetivos institucionais, estabelecer metas setoriais e as prioridades de cada área.

Patrícia Melillo



Nice Fonseca conversa com a jornalista Rachel Barreto sobre a Gestão pela Qualidade no TJ

Com Viver: Natal o ano todo



O programa possibilita que
pessoas da comunidade
sejam padrinhos de menores

Letícia Lima

Em 1999, centenas de crianças e adolescentes deixaram o abrigo em que se encontravam para passar um Natal diferente, uma noite acolhedora com pessoas que poderiam dar o que um verdadeiro Natal carrega em sua essência: a afetividade. Foi dessa forma que surgiu o *Com Viver*, programa de apadrinhamento de crianças e adolescentes, uma parceria entre a Vara da Infância e Juventude de Belo Horizonte e o Centro de Voluntariado de Apoio ao Menor (Cevam). Mas, com o pensamento de que “todos os dias são dias de Natal: de amor, de afetividade, de acolhimento”, a noite feliz foi estendida para o ano todo, todos os anos, àqueles que passam pela instituição, maiores de quatro anos.

Ainda que crianças e adolescentes estejam afastados de sua família biológica por medida de proteção, é garantido a todos, pela Constituição, o direito de convivência familiar e comunitária. O programa ajuda a efetivar esse direito, ao possibilitar que pessoas da comunidade possam ser padrinhos desses menores, integrando-os a sua família, e suprir a carência temporária até que eles voltem ao convívio familiar original.

O objetivo sempre foi garantir uma temporada mais alegre para os abrigados, propiciando o melhor para eles. Além disso, o então juiz da Vara da Infância e Juventude, Tarcísio José Martins Costa, pai da idéia e padrinho de muitos, ficou incomodado com o

fato de as crianças viverem “restritas ao pequeno mundo da instituição”. Após conceder a adoção de uma criança, ficou sabendo que esta, enquanto estava indo para a nova casa, ao passar debaixo de um viaduto, gritou: “Cuidado, os carros vão cair”. Isso o marcou profundamente. Para Tarcísio Martins, hoje desembargador da 9ª Câmara Criminal, “é inconcebível que uma criança fique tão alienada, a ponto de não saber nem o que é um viaduto”, inconforma-se.

O programa foi oficializado em 2003. Hoje, existem 23 abrigos cadastrados no programa. Os

padrinhos se comprometem a pegar os afilhados pelo menos duas vezes por mês e proporcionar-lhes carinho, lazer e educação. Em suas atividades com os padrinhos, José Rodrigues Povoas e Marilene, Wellington da Silva Dias costuma ir ao cinema, *shopping* e participa de churrascos. O garoto de 13 anos diz que é “bom poder contar com outras pessoas, ser ajudado e conhecer a vida delas”. Para o padrinho, é importante não pensar somente em si próprio. “Todo dia, a gente tem que ajudar alguém, fazer alguma coisa boa pelo outro”, acredita.

Nádia Queiroz Sales, coordenadora da Sessão de Orientação e Fiscalização de Entidades Sociais da Vara da Infância e Juventude (Sofes), lembra que, a princípio, o setor técnico da Infância não achava que o custo-benefício seria positivo, pois a criança iria vivenciar, por um período, uma realidade totalmente adversa à dela. Nádia conta que o então juiz enfatizava que o fato de a pessoa ter uma “experiência boa, melhor do que a que já tem, não prejudica ninguém”. E é o que se tem visto, de acordo com ela.

Ananias Neves Ferreira, presidente do Cevam, comenta que a maior preocupação das pessoas é se os menores não ficarão frustrados “ao tomarem contato com coisas materiais que não possuem e sequer têm horizontes de possuir”. Mas ele explica que, “toda vez que um padrinho constrói uma relação de afetividade e há transmissão do conhecimento das oportunidades, o adolescente compreende, perfeitamente, que aquele tempo é de oportunidade. Assim, ele a aceita e convive”. Segundo ele, é preciso que haja uma interação esclarecedora. “Se você tiver uma convivência com ele capaz de mostrar que as coisas da vida acontecem dentro das possibilidades de cada um, que são as pessoas que constroem suas vidas e que aquilo não veio gratuitamente, aí ele aceita plenamente. Mas, se comprar um carrinho caríssimo, você o violenta, porque está tirando isso da compreensão da realidade dele”, esclarece.

Interessados em apadrinhar podem ligar para 3224-1022 ou 4554.

O objetivo sempre foi garantir uma temporada mais alegre para os abrigados, propiciando o melhor para eles

Redesenho da Justiça de Primeira Instância

Nanci Leite e Juliana Matos

O redesenho do modelo organizacional da Justiça de 1ª Instância foi concluído pela comissão instituída pela Portaria 1843/2005. O estudo vai orientar o dimensionamento do quadro de pessoal e apresenta ações para a melhoria da prestação jurisdicional. Segundo o relatório, a comissão concluiu que a melhoria do funcionamento da Justiça de 1ª Instância não depende apenas de mudanças estruturais e de pessoal, pois envolve questões mais estratégicas, como o equacionamento da desigualdade de demanda processual.

Dois grupos de trabalho já foram constituídos para encaminhamento das sugestões apresentadas. Um grupo é formado por magistrados (Portaria-Conjunta 108/2007) e outro por servidores dirigentes das áreas de suporte técnico e administrativo do Tribunal (Portaria 2.113/2007).

Critérios de produtividade

O grupo dos magistrados André Leite Praça, Áurea Brasil Perez, Herbert Carneiro, Jair Eduardo Santana, Luiz Carlos Azevedo Júnior e Vicente de Oliveira Silva realizou sua primeira reunião em novembro.

Foi enviada correspondência a todos os magistrados a fim de que possam contribuir com sugestões no sentido de se estabelecer parâmetros de produtividade e estratégias para equacionar a desigual-

dade na distribuição processual. O presidente do grupo, André Leite Praça, então juiz diretor do Foro de Belo Horizonte, ressaltou que essa contribuição “abre, para os magistrados de primeiro grau, a inédita oportunidade de formularem propostas para o aprimoramento de nossa instituição, equalizando a carga de trabalho e, ao mesmo tempo, aumentando a produtividade e a eficiência do Poder Judiciário Mineiro”. O magistrado também considera que “esse momento é muito importante e histórico, pois democratiza o debate sobre os problemas do Tribunal de Justiça de Minas Gerais”.

Relatório

Para a elaboração do relatório do redesenho foram realizadas diversas etapas, como o levantamento de informações, entrevistas com gestores de Belo Horizonte e visitas às comarcas de Contagem, Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba e Montes Claros. A comissão também analisou as sugestões de magistrados e servidores. As comarcas do Estado foram agrupadas em sete grupos, sendo proposta uma estrutura organizacional para cada grupo. Um dos critérios sugeridos no relatório é que a distribuição de processos seja utilizada como parâmetro para a definição da estrutura física e de pessoal das comarcas. A íntegra do relatório está disponível para consulta na Intranet.

Rodrigo Albert



A exposição *Noturnos para Belo Horizonte* inaugurou o Espaço Cultural

Rosana Maria

Inaugurado em dezembro de 2004, o Espaço Cultural Fórum Lafayette é um projeto fiel à proposta de sua criação, mantendo-se dentro da linha de integração e humanização do ambiente de trabalho. Talentos registrados, artistas plásticos renomados, corais, comediantes, filmes – cada qual com o seu olhar – fizeram a história do Espaço Cultural.

A artista plástica Sara Ávila, cuja exposição *Noturnos para Belo Horizonte* inaugurou o Espaço, ressalta a contribuição do projeto para a cena cultural belo-horizontina: “É importante que os órgãos públicos abram espaços como o do Fórum para os artistas. É uma forma de educar o ‘olhar’ das pessoas”.

Para celebrar o terceiro aniversário, o Espaço Cultural promove o 3º Encontro de Corais. A apresentação integra o projeto *Encantando a Justiça* e terá a participação do Coral do Fórum e corais convidados. O evento será no dia 19 de dezembro, às 18h30, no I Tribunal do Júri, no Fórum Lafayette (Av. Augusto de Lima, 1.549, Barro Preto), com entrada franca.

O Coral do Fórum Lafayette iniciou suas atividades em setembro de 2000, sendo o maestro Álvaro Antônio Rodrigues o seu regente e preparador vocal desde a fundação. O grupo conta com 30 cantores e é acompanhado pela pianista Cláudia Mariza Carvalho Salgado.

O Espaço Cultural do Fórum Lafayette é coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional do Fórum Lafayette, com o patrocínio do Banco do Brasil e apoio da Direção do Foro da Comarca de Belo Horizonte.

Espaço Cultural Fórum Lafayette comemora três anos

TJ comemora Natal com show do 14 Bis

Patrícia Meilillo

*"Zabelê, zumbi, besouro, vespa fabricando mel/ Guardo teu tesouro, jóia marrom, raça como nossa cor
Nossa linda juventude, página de um livro bom/ Canta que te quero cais e calor, claro como o sol raiou"*

Linda Juventude (trecho acima), *Caçador de Mim*, *Natural* e *Planeta Sonho* são alguns dos grandes sucessos do *14 Bis*, que serão apresentados no *show* que o grupo fará especialmente para os magistrados e servidores do TJMG, no dia 15 de dezembro, em comemoração ao Natal. Este ano, a data da festa, que acontecerá num sábado, foi escolhida visando facilitar a participação dos juízes e servidores das comarcas do interior.

A comemoração, que será aberta pelo presidente do TJMG, desembargador Orlando Carvalho, será às 20h30, no Minascentro (Av. Augusto de Lima, 785). Os convites serão distribuídos a partir de 5 de dezembro, nas três unidades da Ascom. Para retirar o seu convite, o servidor deverá apresentar a carteira funcional, que também será requisitada na entrada do *show*. Cada servidor terá direito a um convite para duas pessoas (ele e mais um convidado).



Divulgação

Mais informações pelos telefones 3237-6551, 3289-2520 e 3330-2123.

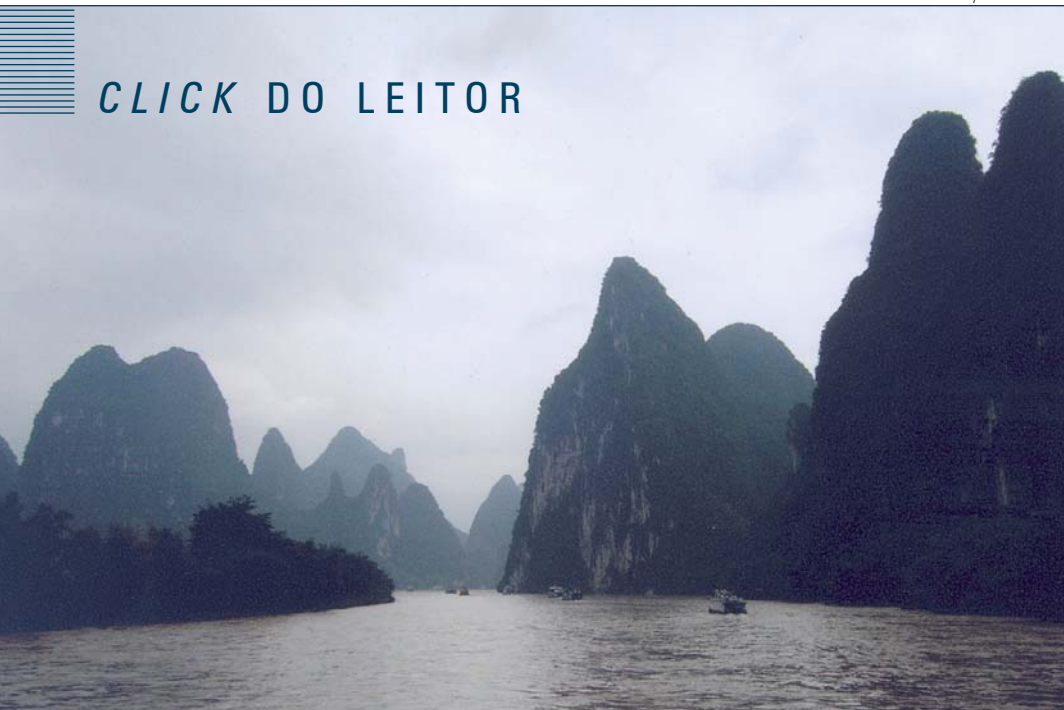
O grupo

Fundado pelos músicos Flávio Venturini, Vermelho, Sérgio Magrão, Cláudio Venturini e Hely Rodrigues, o *14 Bis* surgiu como a primeira banda de *rock* mineira. Desde a saída de Flávio Venturini, em 1987, o quarteto remanescente mantém a mesma formação. Atualmente, conta com os teclados e composições de Sérgio Vasconcelos, que tem participado de *shows* e gravações com a banda.

Ano passado, o grupo lançou seu primeiro DVD, gravado ao vivo no Grande Teatro do Palácio das Artes. Com participações especiais de Beto Guedes, Rogério Flausino, Marcus Viana e Flávio Venturini, esse trabalho inclui os maiores sucessos da banda.

Ary Macedo Júnior

CLICK DO LEITOR



O Rio Li Jiang, mais conhecido com o Rio Li, localizado na província de Guangxi, sudoeste da China, é a única atração natural estampada em uma cédula do dinheiro chinês, e é, sem dúvida, um dos cenários mais deslumbrantes da China. O cruzeiro por esse rio, entre as cidades de Guilin e Yangshuo, revela uma paisagem fascinante: um vale de montanhas cujas margens são de um verde exuberante, formadas por extensos arrozais interrompidos por imponentes picos de calcário de diferentes formatos e tamanhos, esculpido pela natureza ao longo do tempo. No rio, pescadores que usam aves no lugar de anzóis e redes preparam a pesca. Os pássaros têm a garganta atada com um fio que os impede de engolir os peixes que capturam. É uma técnica usada há inúmeras gerações pelas comunidades da região.

Ary Macedo Júnior - Gersat

 **TJMG**

Impresso
Especial

7312594204 - DR/MG

TJMG
CORREIOS

IMPRESSO